

Desafios do mundo contemporâneo – democracia e cidadania¹

Adriana Barroso de Azevedo²

Resumo: A história da humanidade tem sido marcada pela luta do homem por melhores condições de vida. Nesse sentido, o texto aqui apresentado traz uma breve reflexão sobre conceitos importantes como democracia e cidadania no contexto latino americano e brasileiro, além de discutir implicações desses conceitos em nossas práticas cotidianas e apresentar a comunicação alternativa, livre, comunitária como geradora de práticas que potencializam processos de construção de cidadania a partir de práticas como o uso de rádios em ambientes escolares.

Palavras Chave: democracia, cidadania, comunicação, educação.

Abstract: The history of mankind has been marked by struggle for better living conditions. Therefore this article provides a brief reflection on important concepts as democracy and citizenship in the Latin American and Brazil context also discusses some implications of these concepts in our daily practices and presents an alternative communication, free, communally as a practices fomenter that enhance the citizenship construction process based on usage of radios in schools.

Keywords: democracy, citizenship, communication, education.

“Todos querem democracia, ainda que as (democracias) realizadas sejam caricaturas do projeto sonhado. Acalenta-se a esperança de uma sociedade justa, igual, solidária, muito embora as (sociedades) que existem apontem para uma realidade decepcionante. (...) Mas, se é possível mostrar o lado fraco, também é possível mostrar o lado fascinante da utopia, porque (ela) representa o pulsar insaciável da esperança social. Ademais, não faz mal sonhar. (...) Seria miséria excessiva termos de nos contentar com a realidade que temos” (Demo. 1987, p.143).

O mundo contemporâneo vem passando por um processo de transformação social, econômica e política sem precedentes na história da humanidade, que lança suas raízes para além dessas dimensões, no plano das mentalidades e, sobretudo, da cultura, no seu sentido lato. As grandes revoluções do final do século XVIII vieram a reforçar esse olhar positivo do futuro da humanidade, sob o signo da democracia representativa, da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

Ainda que esses ideais não tenham desaparecido completamente dos sonhos do planeta, a compressão do tempo e do espaço descortina um mundo em que as barreiras políticas tendem a desaparecer sob a égide de associações regionais de estados-nação que sem embargo lutam ferozmente por uma sobrevivida.

A América Latina que viveu nos anos de 1970 experiências autoritárias com governos militares e que tinha a democracia apenas como um grande sonho, a partir do início dos anos oitenta passa a viver uma série de lutas pela restauração de sua liberdade de opinião, de expressão e também, pelo direito efetivo a comunicação.

¹. Originalmente, conferência da autora no “II Encontro Cemoroc Educação: O conhecimento pedagógico e seus limites”. São Paulo, 20-12-2012.

². Professora do Programa de Pós Graduação em Educação e Coordenadora do Núcleo de Educação a Distância da Universidade Metodista de São Paulo.

Parece-nos que no século XXI, balanços nada otimistas e reflexões sobre o fim das utopias ou mesmo o fim da história continuam a povoar nosso cotidiano. Mas será possível aos homens deixarem de sonhar com um mundo melhor?

A explosão científica e tecnológica que estamos vivenciando, a qual abre múltiplas e extraordinárias possibilidades para o conhecimento, construção e desenvolvimento de um mundo melhor, nos impulsionam a acreditar que podemos estar iniciando a construção de uma nova sociedade onde a informação, através da comunicação cumprirá uma função estruturante. É nesse sentido, que a comunicação, através do uso dos meios, deve ser percebida, não do ponto de vista tradicional, nos seus usos políticos e culturais cotidianos, como instrumento para abrir mercados de consumidores e favorecer interesses econômicos e políticos vinculados direta ou indiretamente aos donos dos veículos de comunicação. Mas, enquanto um instrumento de luta, de fala dos oprimidos, instrumento que capacita os cidadãos ao exercício de sua cidadania, que venha a contribuir para a transformação positiva das condições de vida políticas, econômicas e sociais das pessoas.

Na reflexão de Luckesi (1986, p.31) devemos definir,

a cidadania como a possibilidade plena dos direitos e o exercício dos deveres por todos os membros de uma sociedade. Isso implica a realização dos direitos civis (liberdade de pensar, liberdade de expressar-se, liberdade de ir e vir etc.), dos direitos políticos (poder de escolher e ser escolhido para a direção dos bens sociais, modernamente o direito de votar e ser votado), e, finalmente, dos direitos sociais (direito ao trabalho, à alimentação, à habitação, ao lazer, etc. (...)).

Por outro lado, a cidadania implica o exercício de deveres para a realização do bem-estar de todos os outros membros da sociedade, traduzidos em trabalho, produtividade, relações igualitárias, etc.

Historicamente, a cidadania assim definida, ainda não se realizou e permanece sendo um ideal dos povos (LUCKESI, 1986, p.31).

Porém, ressalta-se que o fator essencial para o progresso e desenvolvimento dos homens é a cidadania, definida por Demo como:

Competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletiva organizada. Para o processo de formação dessa competência alguns componentes são cruciais, como educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação. Destacando-se acima de tudo, o processo emancipatório. Este se funda, de partida, na capacidade crítica, para, com base nesta, intervir na realidade de modo alternativo. (...) Não-cidadão é, sobretudo quem, por estar coibido de tomar consciência crítica da marginalização que lhe é imposta, não atinge a oportunidade de conceber uma história alternativa e de organizar-se politicamente para tanto. Entende injustiça como destino. Faz a riqueza do outro sem dela participar (1995, p.2).

A história da humanidade tem sido marcada pela luta por essas condições de vida que estão engendradas no conceito de cidadania, sabemos, porém, que apesar das lutas, esta história tem sido marcada por situações que Luckesi define como contradições e restrições entre a cidadania real (a dos privilegiados) e a cidadania possível (a participação de todos os indivíduos nos bens sociais), lutas, por vezes,

marcadas por mortes como a ocorrida na reunião do G8 em Genova, na Itália no mês de julho de 2001, quando um estudante em protesto foi assassinado por um policial com dois tiros na cabeça. "Os oprimidos têm feito a história por um processo de lutas, construindo mecanismos de libertação (...)" (LUCKESI, 1986. p.33).

Os mecanismos de libertação podem ser descritos como condições para o futuro da democracia, pois esta dependerá, conforme Araya Barbosa (1999, p.11) "De la posibilidad que tengan los ciudadanos para participar activamente y con conocimiento em los diversos procesos políticos, sociales y económicos".

No Brasil, nos anos de 1990 viveu-se um cenário de participação social efetivo, conforme explicitado por Gohn (2000, p.11), "com a transformação das lutas sociais organizadas em movimentos populares, e o surgimento e renascimento de novas lutas sociais de caráter cívico, como a Ética na Política, a Ação pela Cidadania Contra a Fome, ou os movimentos de Apoio aos Menores de Rua". Tais ações reforçam a tese de que se faz necessário um novo sistema de criação de riquezas baseado fundamentalmente no conhecimento, possibilitando à massa trabalhadora, uma maior quantidade de dados, informações e símbolos que possam permitir uma melhor compreensão da realidade e um melhor desenvolvimento de suas mentes.

Outro elemento importante que vem redesenhando o cenário cívico brasileiro através de suas atuações cidadãs são as Organizações Não Governamentais - ONGs que a partir da década de 1990 passaram a desenvolver trabalhos em parceria com as populações pobres e/ou marginalizadas.

Cabe ressaltar que convivem no cenário brasileiro tipos distintos de Organizações Não Governamentais classificadas por Gohn como caritativas, desenvolvimentistas, cidadãs e ambientalistas. Entidade caritativa "gerou marcos referenciais urbanos significativos em termos de modelos de estruturas urbanas físicas como hospitais, as Santas Casas de Misericórdias etc. Hoje as ONGs geram menos modificações físicas e mais relações sociais, situando-se entre o mercado e o Estado e o coração da sociedade civil" (GOHN, 2000, p.14).

Certamente a luta pela conquista da cidadania, sobre a qual, bem definiu Luckesi(1986), fazem parte das demandas dos movimentos sociais contemporâneos latino-americanos, porém para Scherer-Warren (1999, p. 59):

Trata-se de processo cuja trajetória histórica é bastante antiga. Remonta à polis grega a origem da noção de cidadão. Nasceu, todavia, com dimensão de exclusão social e de manutenção da hierarquização social. Tem-se aí uma democracia limitada, em que escravos, mulheres e crianças não são incluídos entre os cidadãos com direito à participação política.

As concepções dos movimentos sociais com pretensões universalizantes como o liberalismo, a democracia e o socialismo, comportam tensões e contradições no confronto de suas práticas.

"Do liberalismo vem a idéia dos direitos individuais, do "laissez-faire, laissez-passer" e da consciência da liberdade como valor primordial para a vida tanto individual como em sociedade. Da democracia vem a ênfase na igualdade de direitos políticos, de participação na escolha de governantes e na vida política de uma região ou país, em síntese, dela decorre o enfoque na cidadania política. No socialismo, o princípio fundamental na construção cidadã encontra-se na conquista da igualdade social e econômica"(SCHERER-WARREN, 1999, P. 59).

Para Scherer-Warren (1999, p.60), os movimentos sociais combinaram, muitas vezes, elementos dessas diferentes correntes, mesmo que acomodando as tensões internas.

Já os movimentos sociais, surgidos na América Latina, nas últimas décadas além de incorporarem elementos diversos desses ideários, passaram a lutar por novos direitos, os chamados direitos de “terceira geração” (ecológicos, de gênero, étnicos).

Certamente na América Latina, a história da cidadania, é a história da conquista da cidadania, num sentido mais pleno e abrangente – de cidadania para todos. E isso ainda é algo a ser conquistado. Para Scherer-Warren (1999) essa conquista se realiza em diversos níveis:

- Conquista de novos direitos e incorporação dos chamados direitos de “terceira geração”.
- Reconhecimento do direito de ter direitos, especialmente entre determinados setores da sociedade, como entre os denominados “excluídos sociais”.
- Cumprimento dos direitos, das leis estabelecidas e não observadas. No Brasil, o cidadão em geral não tem o hábito de defender ou fazer respeitar seus direitos, é um quase-cidadão, como nos casos de consumidores lesados, de descaso no atendimento à saúde, de falta de vagas nas escolas, etc.

Cidadania é por certo, um abrir caminhos para que haja progresso do ser humano, é lutar pelo bem-estar da comunidade, é ter direitos assegurados, tanto em relação ao Estado quanto em relação com o semelhante. Poder exercer cidadania implica em tomar consciência das injustiças sociais, descobrir os direitos, vislumbrar possibilidades de ação e, se possível, tentar mudar o rumo da história.

Ênio Resende, em seu livro *Cidadania o remédio para as doenças culturais brasileiras*, faz um contraponto interessante às questões colocadas anteriormente, pois apesar de acreditar que existem diversas organizações se dedicando à temática da cidadania, em todo o Brasil, ainda não conseguimos superar a apatia e o conformismo dos brasileiros no que se refere a uma reação em favor do combate à corrupção, às espertezas generalizadas, à impunidade, em favor do surgimento de uma nova classe política que aperfeiçoe, em prol do país, as leis e instituições e formem governos éticos e competentes, O autor afirma ser sua intenção, ao denunciar as “doenças culturais brasileiras”, multiplicar a motivação para a cidadania, que é uma importante e eficaz arma democrática de que dispõe a população para mudar as instituições do país; suscitar e estimular as lideranças formais da sociedade brasileira a participarem dessa campanha de motivação. Para ele, “O Brasil não é, mas está um país doente. O fator preocupante consiste no acúmulo dessas doenças e na proliferação como um conjunto de epidemias psicossociais” (RESENDE, 1992, p.17). Infelizmente, tantos anos após Resende ter escrito sua obra a realidade brasileira não mudou, talvez o que tenha começado a mudar é o início de processos de julgamento de crimes que envolvem corrupção, como assistimos nos últimos meses, o julgamento do mensalão.

A cultura inflacionária, da esperteza, da transferência de responsabilidade, do imediatismo e superficialismo, do negativismo, da baixa auto-estima, da vergonha de cidadania e patriotismo, do piadismo ou do rir da própria desgraça, do emocionalismo e da ciclotimia, do desperdício, do terrorismo e do tecnicismo, do corporativismo, da politicagem, fisiologismo, nepotismo e conformismo são as principais doenças culturais que afligem o povo brasileiro, na visão de Resende (1992, p.17). Apesar de sua obra compor-se em uma análise sintética e pouco historicizada, o autor sinaliza algo importante para ser refletido a luz da temática que se introduz neste trabalho, qual

seja, a importância do trabalho efetivo, contínuo e consistente com a geração de brasileiros e brasileiras que comporão o cenário adulto das próximas décadas, uma vez que algumas dessas doenças tornam-se crônicas e outras de difícil trato, precisamos formar uma geração sadia.

É importante ressaltar, porém, que a erradicação dos males que afligem a nossa sociedade, na atualidade, pode estar inter-relacionada com a ampliação dos direitos de cidadania, frutos dos processos de redemocratização da sociedade.

E a comunicação, pode contribuir nesse processo?

Objetivando conceitualizar a comunicação por um viés não tradicional, percorro as trilhas de uma reflexão sobre o trabalho de diversos autores brasileiros e latino-americanos sobre a problemática que aproxima cidadania e democracia, da comunicação comunitária, alternativa e popular que pode ser chamada, igualmente de horizontal, dialógica, participativa, participatória, libertadora, emancipadora, marginal, de resistência, das classes subalternas, contra-hegemônica, e de muitas outras maneiras. A pesquisadora brasileira Regina Festa (1986, p. 21) afirma ter encontrado trinta e três alternativas de definir meios, conteúdos, caráter, lugar social, estilo, função, sentido e grau de participação no material escrito sobre o tema na América Latina.

Os teóricos da comunicação têm trabalhado o conceito de comunitário, alternativo e popular à luz das práticas que vêm sendo evidenciadas nas mais diversas sociedades, em especial na América Latina. O que contribui nesta reflexão teórica é a recuperação e a revalorização dos meios de comunicação tradicionais como instâncias indispensáveis para a recriação, reprodução e coloração do nosso mundo através de práticas comunicativas cotidianas e alternativas.

Historicamente, a expressão comunicação comunitária é recente, sua origem, está nas "manifestações comunicacionais que marcaram época na sociedade brasileira, no contexto das transformações ocorridas a partir do final da década de 70" (PERUZZO, 1998, p. 145).

Tais manifestações incluem a imprensa operária e sindical, as rádios de alto falantes nos bairros, as cartilhas, faixas e tantas outras formas de comunicação que os grupos organizados buscavam para divulgar suas idéias, socializar suas lutas e buscar novas adesões.

A comunicação alternativa/comunitária,

está ligada à luta do povo e tende a converter-se em um processo dialético entre a teoria e a prática. Ela não tem um fim em si mesma, mas relaciona-se com um pleito mais amplo. É meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural do povo. É canal por excelência de expressão das denúncias e reivindicações dos setores organizados da população oprimida. Deve estar vinculada à luta pela conscientização [e integrada] num processo de luta com a perspectiva de [uma] nova sociedade (PERUZZO, p.159). [Grifo nosso.]

Constitui-se, portanto, numa reação das sociedades a ação "alienante" denunciada pela visão apocalíptica dos meios de comunicação.

O enfoque crítico da comunicação, historicamente identificada com o grupo de pesquisadores que frequentou o Institut Für Sozialforschung, de Frankfurt, tomou

força enquanto corrente de pensamento embasada na sociologia, filosofia e psicologia. Tais estudos apontaram os meios massivos de comunicação como elementos estratégicos de “alienação” da sociedade. A partir dos estudos da escola de Frankfurt, surgiram fortes críticas ao caráter massificador e coisificador dos meios, bem como seu vínculo aos poderes estabelecidos na ordem nacional e transnacional.

Para os críticos os culpados da alienação da sociedade são o imperialismo cultural que subjuga as nações e suas economias e os meios massivos. Os meios são considerados, portanto, ferramentas difusoras e defensoras de uma ordem estabelecida e de umas relações sociais desiguais.

A comunicação alternativa/comunitária surge, portanto, enquanto mecanismo de superação do autoritarismo e verticalismo da comunicação massiva. Fundamentando-se na confrontação de ideias a partir de uma postura dialógica que procurava colocar os interlocutores em autêntica comunicação.

Em consonância com esta concepção de comunicação, conforme nos relata Esmeralda Uribe (1997, p.34):

iniciaram-se variadas experiências que procuravam desenvolver formas e processos alternativos de comunicação, não só no referente aos conteúdos das mensagens, mas, também ao que tinha que ver com a propriedade e o manuseio dos meios, especialmente das chamadas microtecnologias. Com estas últimas procurava-se consolidar mecanismos de comunicação popular, pensados e realizados por, com, e para os setores populares. Desta forma visou-se criar alternativas comunicativas a uma estrutura massiva percebida como autoritária e verticalista.

Uribe (1997, p.34) analisa que um grande número de experiência de comunicação alternativa, na América Latina, veio a refletir um enfoque político do popular. “A cultura popular constituiu-se na bandeira das esquerdas, e ante tudo, como espaço para a impugnação. Isto levou a idealização da noção de ‘povo’ e de cultura popular, ao revesti-la com propriedades como: incontaminada, autêntica, digna de confiança, para desenvolver utopias de uma nova sociedade.”

Quando se fala em comunicação popular, parece claro, à primeira vista, que se trata de uma comunicação do povo. Mas o adjetivo “popular” abrange uma teia de significados distintos, sendo comum apenas a ideia de que tem a ver com “povo”.

Nos primeiros tempos a comunicação popular valeu-se de instrumentos de comunicação mais elementares, artesanais, de pequeno porte e mais baratos, e aos poucos foi perpassando ou aproximando-se de meios massivos. (...) Dos alto-falantes caminhou-se para as rádios comunitárias e das TVs de Rua para os Canais Comunitários e Universitários, no sistema de televisão a cabo (PERUZZO, 1998, p.147).

Segundo Luiz Wanderley (apud PERUZZO, 1998, p. 116-117),

uma primeira abordagem, do senso comum, entende por “povo”, de maneira vaga e abstrata, os que não têm recursos, posses e títulos, em contraposição ao não-povo, formado por empresários, profissionais liberais, intelectuais etc. Uma segunda interpretação, baseada na

dicotomia elite-massa, sustenta que existam, na história, minorias compostas por aristocratas, plutocratas e membros de organizações partidárias, constituindo a elite governante ou "classe política", e, por outro lado, a massa atomizada e desorganizada, o "povo", dominado por aquela, dada a sua superioridade. Uma terceira concepção vê no "povo" um conjunto de indivíduos iguais e com interesses comuns, que conflitam apenas por pequenas diferenças, ocorrendo aqui aqueles que acreditam na unidimensionalidade provocada por uma cultura imposta por uns poucos que detêm o poder. Uma quarta corrente ligada à questão do nacional-popular, identifica como "povo" aqueles que lutam contra um colonizador estrangeiro, sendo o "não-povo" todos os que (elite e grupos nativos) se aliam ao colonizador. Uma Quinta formulação toma por "povo" as classes subalternas, em oposição às dominantes. Por fim, o sexto posicionamento é o que diz respeito a "povo" como um conceito dinâmico, aberto, conflitivo e, portanto, histórico, encerrando uma rica negatividade, que o dinamiza e atualiza permanentemente, na relação dialética entre povo e antipovo.

As décadas de 1960 e 1970 apresentaram um conjunto bastante rico de análises, para Uribe, debates e propostas dentro de uma linha liberacionista e crítica. Nos anos de 1980, esta linha de pesquisa e trabalho entrou numa etapa de crise, revisões e reformas. Diversas circunstâncias, apontadas por Jesus Martin Barbero (apud URIBE, 1997, p. 35) configuraram tal situação:

- A crise do marxismo, cujas categorias de análise começaram a ser insuficientes para explicar determinados fenômenos da nossa realidade. Sobretudo aqueles fenômenos relacionados com a cultura (...).

- A crise dos enfoques estruturalistas no sentido da cultura dentro e fora de América Latina. Se produz um deslocamento a modelos teóricos que explicam, sobretudo os aspectos extratextuais dos processos de significação, rompendo com o imanentismo do enfoque estrutural clássico e resgatando modelos que põem de presente a riqueza histórica do discurso.

- A crise em algumas experiências de comunicação alternativa, não por ação repressiva do estabelecimento, senão por falta de vinculação de algumas destas experiências com as necessidades, expectativas e realidades culturais dos setores populares. (...) Revisa-se o conceito do alternativo: começa-se buscá-lo na cotidianidade das pessoas, no miolo mesmo da cultura. A experiência da comunicação alternativa começa a demandar da ciência uma reflexão sobre sua atividade e suas relações com a cultura.

Jesus Martin Barbero (apud URIBE, 1997, p. 35) ressalta o valor de pensar a comunicação a partir da cultura, que, em seu sentido antropológico, entende-se como todos aqueles modelos de comportamento, gramáticas e sistemas narrativos através dos quais uma sociedade reproduz-se.

Afirma-se, portanto, que a comunicação comunitária/alternativa é o modo de expressão das classes populares, conforme a capacidade que estas classes têm de atuar no contexto social que estão inseridas.

Uma comunicação que se estabeleça como comunitária deve possibilitar um fluxo comunicacional horizontal, permeado por constantes trocas, reduzindo distâncias, sejam elas geográficas ou emocionais, estabelecendo novos relacionamentos, abrindo espaço às múltiplas vozes, sendo personificadora de seres e de idéias.

Assim, afirma Marcondes Filho (apud NEUMANN, 1990, p. 43) que é fundamental na comunicação comunitária que

(...) não esteja apenas preocupado com a abordagem mercadológica dos problemas de seu leitor, mas também empenhado em organizar movimentos sociais e unificar esforços individuais em defesa de interesses comuns (...). É a forma de o indivíduo poder afirmar-se e fazer valer sua posição sem ser deglutido pela máquina de informação oficial, pública ou privada, que tudo faz, menos solucionar os problemas e as necessidades da população.

“Quando uma rádio promove a participação dos cidadãos e defende seus interesses; quando responde aos gostos da maioria e faz do bom humor e da esperança sua primeira proposta; quando informa verazmente; quando ajuda a resolver os mil e um problemas da vida cotidiana; quando em seus programas se debatem todas as idéias e se respeitam todas as opiniões; quando se estimula a diversidade cultural e não a homogeneização mercantil; quando a mulher protagoniza a comunicação e não é uma simples voz decorativa ou um reclame publicitário; quando não se tolera nenhuma ditadura, nem sequer a musical imposta pelas gravadoras; quando a palavra de todos voa sem discriminação, sem censura, essa é uma rádio comunitária” (AMARC – <http://www.web.net/amarc/radiocom.htm>).

Por muito tempo, falar de comunicação significou falar de meios, canais, mensagens, códigos. "A comunicação alternativa não se caracteriza como mera oposição à comunicação de massa, mas como um projeto de participação popular, com intenções sócio-políticas de transformar o contexto social" (NEUMANN, 1990, P.40).

Alguns estudos já foram realizados sobre a influência e importância da comunicação comunitária, dentre eles o que oferece uma caracterização da mídia comunitária com grande clareza é o estudo de Cicília M. K. Peruzzo, que através dos seus trabalhos vêm ressaltando a importância da luta pela preservação e/ou resgate de direitos humanos, enquanto mecanismos de garantia da construção de uma sociedade mais livre e justa. Para a autora, os aspectos que caracterizam uma mídia como comunitária são: estar aberta à participação ativa dos cidadãos e suas entidades representativas; as pessoas da própria comunidade se revezam enquanto produtoras e receptoras dos produtos comunicacionais; desenvolvimento do processo de interatividade na comunicação; autogerida pelas entidades representativas da própria comunidade; autonomia e livre de ingerências em relação aos órgãos do Governo, grande mídia, partidos e seus afiliados etc.; não tem interesses comerciais; oferece possibilidades ilimitadas de inovação de linguagem e formatos de programas; programação sintonizada com a realidade local. Temas de interesse local; dirigida a segmentos específicos da população; alcance limitado em termos de cobertura, audiência ou números de leitores; as ações se desenvolvem em torno de interesses comuns; envolve um processo de aprendizado no exercício da democracia e da cidadania. No campo da mídia comunitária, nem tudo é muito pacífico e perfeito. Em muitos casos o comunitário se consome apenas no nome. Há a confluência de interesses divergentes, os quais podem ser agrupados em três grandes tipos: a) Interesses voltados essencialmente para a construção do bem-estar das comunidades e no processo. b) Interesses de cunho político partidário e eleitoral. c) Interesses econômicos e comerciais (PERUZZO, 1998, a p.152).

Na atualidade, portanto, com a inserção da problemática comunitária à comunicação falar de comunicação implica também em falar de cultura, de relação. E necessita, para tanto, da interdisciplinaridade em seu sentido mais profundo.

Trazer a comunicação popular para o espaço da cultura fez introduzir a dimensão do conflito (...) histórico do qual o popular se define enquanto movimento de resistência (...). E, conseqüentemente, a ideia de ação, de práxis. A comunicação popular é uma prática em conflito (...) interclasses, mas também intraclasses. Ou seja, o estudo da comunicação popular redefiniu o próprio conceito de popular, superando a versão populista e idealista, para quem povo é consciência de classe em oposição à massa despolitizada. Esta redefinição do popular permitiu pensar a diversidade e a pluralidade e revalorizar a relação entre comunicação de massa e comunicação popular, redimensionando este espaço ambíguo e conflitivo em que se produz o popular, fora do qual é elevado a uma categoria abstrata (BERGER, apud PERUZZO, 1998, p.113 - 114).

Posso afirmar que desde o início da história do rádio, por exemplo, diferentes tipos de emissoras foram desenvolvidas, além das emissoras massivas, sejam elas conceituadas como comunitárias, alternativas ou populares. Algumas oferecem educação formal e informal para pessoas que não tem acesso à educação; outras dedicam seu apoio à cultura e a organização do povo, outras são geridas fundamentalmente pela participação popular e se tornam a voz das suas próprias organizações.

Fica evidente, a partir dos estudos realizados, que o que existem são meios de comunicação populares. São emissoras de rádios que de diferentes maneiras e em diversos locais e circunstâncias, participam de projetos distintos, porém, desenvolvem uma prática comunicativa diferenciada do modelo massivo convencional de comunicação radiofônica. Tais meios constituem-se em expressões de força de uma determinada comunidade que optou por uma forma de expressão alternativa, uma opção pela mudança, pela transformação da sociedade.

Peruzzo (apud URIBE, 1997, p52) contribui no debate afirmando que:

A comunicação popular identificada como aquela comunicação simples, de circulação limitada, produzida quase artesanalmente por grupos populares. (Pode-se agregar a esta compreensão, a comunicação popular elaborada da mesma maneira – com instrumentos de baixo custo – mas com intervenção de agentes, não necessariamente populares, mas identificados ou comprometidos com estes setores populares.

- A comunicação popular não só definida pelo tipo de instrumento utilizado (em geral micro-meios ou meios de baixa tecnologia), senão definida como comunicação popular porque seus conteúdos expressam os interesses do povo. Suas mensagens visam a conscientização e a liberação das classes subalternas.

- A comunicação popular cujo traço fundamental não está dado nem pelos os aspectos técnicos nem pelos conteúdos libertadores que veiculam nas mensagens, senão pela metodologia do trabalho. A definição estaria dada pelo processo de criação conjunta, dialógica participativa; sua inserção num contexto alternativo que visa transformar a realidade.

Nesse contexto,

Ela pode ser tomada enquanto manifestação do *popular-folclórico*, abarcando as manifestações culturais tradicionais e genuínas do 'povo', presentes em manifestações folclóricas tais como danças, festas, objetos etc. Como *popular-massivo*, o qual pode manifestar-se em três dimensões: a) apropriação e incorporação das linguagens, da religiosidade, costumes e outras características de cultura do 'povo' pelos meios de comunicação de massa; b) *popularesco*: é o caso de determinados programas, ou até mesmo alguns veículos de comunicação, serem entendidos como populares pelo fato de terem grandes audiências e aceitação, principalmente por parte dos segmentos sociais mais pobres e com pouca instrução (programas de auditório, novelas, etc.); c) *utilidade pública*: programas no rádio ou na televisão, ou páginas em jornais, destinados a tratar de problemáticas de interesse de comunidades, bairros, organizações coletivas etc., também costuma ser concebidos como populares. E, finalmente, pode ser entendida como popular-alternativo, em que o popular situa-se no universo dos movimentos sociais populares (PERUZZO, 1998, p.151).

O desafio dos meios alternativos constitui-se em conceber-se realmente como elemento de um processo social mais amplo e a partir dessa concepção criar formas de inserir-se nesse processo visando modificar as condições históricas pré-estabelecidas.

Para José Marques de Melo (apud BERGER, 1995, p. 15-16) a comunicação popular não é um fenômeno novo, "mas que constitui novidade pela configuração assumida na conjuntura latino-americana dos anos de 1980. Revisando o espectro de instituições que atuam no setor da comunicação popular praticando, pesquisando ou estimulando verificamos que os matizes são bastante diferenciados. Onde se conclui que o conceito de comunicação popular mostra-se ainda impreciso. Ambíguo, contraditório.

Gilberto Gimenez, em sua obra *Notas para una teoria da la comunicación popular* (1978, p.25), busca caracterizar a comunicação popular pela via de exclusão e expõe o que deve ser excluído quando se trata de definir comunicação popular: exclusão de conotações românticas ou neo-românticas que representam o popular como uma "alma", uma essência, uma qualidade ou estilo de vida, valorizados a priori, tanto no plano político, como no cultural; exclusão do ingênuo, espontâneo, fresco; em contraposição com o caráter artificioso da cultura urbana; exclusão do simpático, do pitoresco; exclusão das posturas de algumas esquerdas que idealizavam o povo, apresentando-o como sujeito protagonista da história, 'provisto' de um projeto político e cultural própria, contraposto ao projeto das elites urbanas 'ilustradas'. Posturas que consideravam o popular como progressista e o povo como uma classe-sujeito, como um sujeito bom, ciente, lutador, organizado; 'adjudicandole' o caráter de homogêneo.

O que referencia uma comunicação popular como popular, deve ser a sua inserção num contexto alternativo, diferenciado do massivo, que viabilize a potencialização de suas ações, visando romper com a ordem estabelecida pelo capital, ressaltando-se que a comunicação não se superpõe à vida cotidiana das pessoas, ela se confunde com ela e surge a partir dela.

Para Jesús Martín Barbero (1983, p.5),

a impossibilidade de sonhar uma comunicação popular definida unicamente em termos positivos, já que, colocado em termos de cultura

e em termos de dominação e conflito, o que vamos encontrar na comunicação popular não é nenhuma receita, não é nenhum esquema novo; é, sem dúvida, um espaço de contradições, de ambiguidades, onde a resistência e a impugnação convivem com a maneira na qual o popular vive, paradoxalmente, contraditoriamente do seu próprio contrário.

No processo que envolve comunicação popular, alternativa ou comunitária, mais importante que a produção que se faz a partir do uso dos meios são as relações que os sujeitos/atores sociais estabelecem nesse processo de construção. O diálogo, o comunicar, o expressar livre de ideias, as formas de participação, a inclusão dos elementos, a valorização das identidades e culturas são elementos significativos e expressivos nesse processo.

A inserção de pequenas emissoras de rádio em espaços escolares, objetivando através do desenvolvimento de práticas educacionais mais solidárias e de espírito colaborativo, a construção de um “verdadeiro cidadão”, experiência recente no cenário nacional, nos aponta uma possibilidade de ampliação do conceito de comunitário.

Nesse sentido, as rádios que se desenvolvem em ambientes escolares possuem o privilégio de produzirem mensagens e divulgá-las a partir do conhecimento sistematizado numa aprendizagem que é coletiva e continuada.

No século XXI, a educação tem por desafio, muito além de transmitir informações, formar cidadãos que saibam transformar informação em conhecimento, que saibam usar esses conhecimentos em benefício próprio e de sua comunidade. A educação pode através das emissoras de rádio escolares, por exemplo, contribuir no desenvolvimento de competências e habilidades (capacidade de síntese, de raciocínio, de verbalização de idéias, etc.) que viabilizem aos atores sociais envolvidos no processo educacional um projeto de vida e de sociedade melhor. O uso do rádio no espaço escolar constitui-se numa modalidade que possibilita a toda a comunidade escolar a oportunidade de analisar, com critério, os objetivos e a partir de um contato real com um meio de comunicação, compreender a grande quantidade de informações que se recebe diariamente dos meios massivos. A rádio na escola torna-se um elemento que, enquanto ação educativa, prioriza a auto-estima e auto-valorização dos membros da comunidade, permitindo sua expressão, através da ampliação de sua voz, tornando-os agentes e produtores culturais. A ampliação do alcance da rádio, com o desenvolvimento do rádio na web, faz do rádio um poderoso instrumento que pode ser usado a favor da cidadania e da democracia. "Todo processo de comunicação, independente do veículo usado, deve ser entendido como um momento pedagógico que afirma ou nega a perspectiva da construção de uma nova sociedade" (NEUMANN, 1990, p.13).

Referências bibliográficas

AMARC. Disponível em: <http://www.web.net/amarc/radiocom.htm> Acesso em Outubro/2012.

BERGER, Christa. **A Comunicação Emergente: Popular e/ou Alternativa no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 1989.

DEMO, Pedro. Elementos metodológicos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, C. Rodrigues (org). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, Regina e SILVA, Carlos E. Lins da (org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

GIMENEZ, Gilberto. **Notas para una teoria de la comunicación popular**. Revista Christus, México, n.517, dez., 1978.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Presença dos meios de comunicação na escola: utilização pedagógica e preparação para a cidadania. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação e Educação – caminhos cruzados**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Comunicación popular y los modelos transnacionales. **Revista Chasqui**, Quito, 1983, oct/dic, nº 8.

NEUMANN, Laurício. **Educação e comunicação alternativa**. Petrópolis: Vozes, 1990.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling e PERUZZO, Dilvo. "*Da incomunicação à prática associada: uma ação político-pedagógica*". In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). **Comunicação e educação: caminhos cruzados**. São Paulo: AEC/Loyola, 1986.

RESENDE, Enio. **Cidadania – o remédio para as doenças culturais brasileiras**. São Paulo: Summus, 1992.

SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (org.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

URIBE, Esmeralda. **A Rádio popular na vila de Nossa Senhora Aparecida; uma proposta de comunicação popular**. Dissertação de mestrado. 1997.

Recebido para publicação em 20-11-12; aceito em 22-12-12